

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.732.213 - PR (2018/0069612-1)

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA  
**ADVOGADOS** : JÚLIO CÉSAR ESTRUC VERBICARIO DOS SANTOS - RJ079650  
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA - RJ115002  
GERALDO QUEIROZ JUNIOR E OUTRO(S) - PR046447  
**RECORRIDO** : DB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
**RECORRIDO** : CALÇADOS SAMELLO S/A  
**ADVOGADA** : TÂNIA REGINA PEREIRA E OUTRO(S) - SC007987  
**AGRAVANTE** : FAZENDA NACIONAL  
**AGRAVADO** : INDUSTRIAS GERAIS DE PARAFUSOS INGEPA LTDA. EM  
RECUPERACAO JUDICIAL  
**AGRAVADO** : LUIZ CARLOS VERGINO  
**AGRAVADO** : MSM-PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA  
**AGRAVADO** : CALÇADOS SAMELLO S/A  
**AGRAVADO** : MARIA LIGIA LAPA DE CARVALHO  
**AGRAVADO** : ADEM - COMÉRCIO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA  
**AGRAVADO** : D. B. COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA  
**ADVOGADA** : TÂNIA REGINA PEREIRA - SC007987  
**INTERES.** : LABRA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LÁPIS S/A  
**INTERES.** : SOCIEDADE BRASILEIRA DE ELETRÓLISE LTDA  
**INTERES.** : CERAMICA ATLAS LTDA

### EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela **FAZENDA NACIONAL** contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 2.222):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA. CESSÃO. POSSIBILIDADE.

É possível a cessão dos créditos de empréstimo compulsório, podendo a cessionária promover o cumprimento de sentença, nos termos do art. 567, II, do Código de Processo Civil de 1973.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 2.063-2.064.

No recurso especial o recorrente alega violação do i) art. 42 do CPC/73, ao

# Superior Tribunal de Justiça

argumento de que é incabível a cessão de créditos sem a notificação e anuência do devedor; **ii)** art. 286 do CC, fundamentando que os créditos relativos ao empréstimo compulsório não são passíveis de cessão, dada a sua natureza extra-fiscal; e **iii)** arts. 121 e 123 do CTN, ao mencionar que o sujeito passivo da relação tributária não pode ser modificado por convenções particulares, como as cessões de crédito do presente feito.

Contrarrazões às fls. 2.113-2.119.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

No que diz respeito à alegação de ofensa a art. 42 do CPC/73, o acórdão recorrido consignou o seguinte (fls. 2.009-2.010):

Ora, sendo possível a cessão dos créditos de empréstimo compulsório, é certo que a cessionária pode promover o cumprimento de sentença, nos termos do art. 567, II, do CPC (Art. 567. Podem também promover a execução, ou nela prosseguir: (...) II - o cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos), já que a sentença estende seus efeitos sobre ela (§ 3º do art. 42 do CPC). **E a intimação nessa fase processual supre o requisito da notificação da devedora (Eletrobrás), conferindo plena eficácia ao negócio jurídico, nos termos do art. 290 do Código Civil, já que a notificação exigida pela lei não se submete a formalidades.**

O recorrente não impugnou a referida fundamentação nas razões do recurso especial. Aplica-se ao ponto a Súmula 283/STF.

Além disso, quanto à ofensa do art. 286 do CC, e a tese a ele vinculada de que os créditos relativos ao empréstimo compulsório não seriam passíveis de cessão, dada a sua natureza extra-fiscal, o recorrente, mais uma vez, deixou e impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual " *o Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou a orientação de que não há qualquer impedimento à cessão de créditos do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica após a extinção da relação jurídica tributária*" (fl. 2009). Incide, pois, igualmente, o óbice da Súmula 283/STF.

No que diz respeito aos arts. 121 e 123 do CTN, e a tese a eles vinculada, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do questionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator